



LDC - LANÇAMENTO DE DÉBITO CONFESSADO

DEBCAD: 37.486.367-9

Emissão: 31/07/2017 Consolidado em: 28/07/2017

Situação: ATIVA

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Bairro: CENTRO

UF: PE CEP: 55636-000 Tel:

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE

Competências do débito compreendidas entre 02/2015 e 11/2016 inclusive.

Consolidação do débito em Reais	Valor Atualizado	Multa	Juros	Total
	919.609,80	183.921,95	162.317,27	1.265.849,02

Valor consolidado por extenso:

UM MILHÃO, DUZENTOS E SESSENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E DOIS CENTAVOS

Pagamento a Vista 1.265.849,02

O DEVEDOR, renunciando expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência desta dívida, assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado à Secretaria da Receita Federal do Brasil o direito de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

A confissão da dívida constante deste instrumento e seus anexos é definitiva e irrevogável, obrigando o DEVEDOR a sua quitação ou parcelamento, na forma da lei.

Este instrumento servirá para a inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte, caso não haja sua quitação ou seu parcelamento no prazo de 30 dias, na forma da lei, sendo a multa cobrada em seu grau máximo.

Para pagamento ou parcelamento deverão ser observadas as instruções constantes do relatório IPC – Instruções para o Contribuinte, que segue em anexo, devendo o contribuinte dirigir-se à unidade de atendimento da Receita Federal do Brasil.

28/07/2017
Data

[Handwritten Signature]
Assinatura do contribuinte/representante legal

[Handwritten Signature]
Qualificação

Dados da Procuração/AR:

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
Acesse em: https://efc.rfb.gov.br/validar/validarDoc.aspx?seam=Código do documento: d6d11d41-5ad4-4147-b12e-34b72cfe09ca

Recip
Localidade

data: 28/07/2017

[Handwritten Signature]
MARIA GORETE DE SOUSA RAMALHO MEDEIROS
0902964
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil



IPC - INSTRUÇÃO PARA O CONTRIBUINTE

LDC - DEBCAD: 37.486.367-9

Pág. : 1

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome : MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço : AV SAO JOSE 101

Município : CHA GRANDE

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Bairro : CENTRO

UF : PE Cep : 55636-000 Tel :

1. Regularização do Débito

O contribuinte deverá pagar ou parcelar o débito nas hipóteses autorizadas por lei sob pena de imediata cobrança judicial.

Vencido o mês em curso, o valor será acrescido de juros e/ou atualização monetária, conforme o caso.

	Multa	Pagamento	Total
Pagamento a vista	183.921,95		1.265.849,02

2. Parcelamento do Débito

2.1. Condições gerais

a) Na forma do parcelamento convencional previsto nos arts. 10 a 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, o débito poderá ser parcelado em até 60 (sessenta) prestações mensais, observado o disposto nessa Lei. O valor da prestação não poderá ser inferior a R\$ 100,00, (cem reais) quando o devedor for pessoa física, e R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando o devedor for pessoa jurídica, ainda que o parcelamento seja de responsabilidade de pessoa física.

No caso de parcelamentos especiais decorrentes de leis específicas, deverão ser observadas as regras estabelecidas pelas mesmas.

b) O pagamento será feito por meio de Guia de Recolhimento da Previdência Social (GPS) emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

c) É facultado ao contribuinte optar pelo parcelamento de qualquer de seus débitos parcialmente ou na totalidade.

2.2. Apresentação do Pedido de Parcelamento:

O pedido de parcelamento será apresentado em duas vias na unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com jurisdição sobre o domicílio tributário do devedor.

2.3. Pagamento das prestações:

a) A partir da segunda parcela, as prestações do parcelamento vencerão no último dia útil de cada mês.

3. Para emissão da guia de pagamento, ou parcelamento, o contribuinte deverá dirigir-se à unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.

4. Considerando que o presente débito decorre de confissão definitiva e irretroatável, com expressa renúncia a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, não cabe apresentação de defesa ou qualquer outro tipo de impugnação, cabendo revisão em caso de confissões com erros.

5. A emissão de CND para quaisquer finalidades fica condicionada à apresentação de garantias na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6. A competência 13, quando existente, significa apuração de débito referente a 13º salário.

7. Documentos necessários para parcelamento.

1. Pedido de Parcelamento - PP(02 vias), devidamente preenchido e assinado por um de seus representantes legais.

2. Termo de Parcelamento de Dívida Fiscal - TPDF (02 vias) - além de assinado pelos contratantes e testemunhas instrumentais, será também rubricado pelas partes envolvidas.

3. Cópias do contrato social ou estatuto/ata, e eventual alteração que identifique os atuais representantes legais da empresa.

4. Cópias da Carteira de Identidade, do C.P.F. e do comprovante de residência dos representantes legais.

5. Cópia da procuração pública ou específica caso o contribuinte esteja representado por ocasião do protocolo do



IPC - INSTRUÇÃO PARA O CONTRIBUINTE

LDC - DEBCAD: 37.486.367-9

Pág. : 2

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome : MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço : AV SAO JOSE 101

Município : CHA GRANDE

Bairro : CENTRO

UF : PE **Cep :** 55636-000 **Tel :**

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

pedido.

8. Observações

1. Apresentar cópias dos documentos (acompanhados dos originais para fins de autenticação na unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil. ou, na impossibilidade de apresentação dos originais, as cópias deverão estar autenticadas).

2. Implicará o indeferimento do pedido:

- a) a não apresentação de qualquer dos documentos previstos no item 7, exigíveis conforme o caso;
- b) o não pagamento da primeira parcela;
- c) a existência de vedação ao parcelamento, conforme art. 14 da Lei 10.522/2002; e
- d) o não cumprimento dos requisitos relativos à garantia, quando exigidos.

3. Após 30 (trinta) dias da emissão do Lançamento de Débito Confessado - LDC, se o contribuinte não comparecer para formalizar o pedido de parcelamento, será providenciada a inscrição e encaminhamento a Procuradoria.



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.367-9

Pág.: 1

Consolidado em: 28/07/2017

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Bairro: CENTRO

UF: PE CEP: 55636-000 Tel:

Este relatório lista, em suas páginas iniciais, todas as características que compõem o levantamento, que é um agrupamento de informações que servirão para apurar o débito de contribuição previdenciária existente. Na sequência, discrimina, por estabelecimento, competência e levantamento, as bases de cálculo, as rubricas, as alíquotas, os valores já recolhidos, confessados, autuados ou retidos, as deduções permitidas (salário-família, salário-maternidade e compensações), as diferenças existentes e o valor dos juros SELIC, da multa e do total cobrado.

Levantamentos utilizados neste documento de débito:

LEV: DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF

Classificação: Não declarado em GFIP / Órgão Público

Período do Débito: 02/2015 a 11/2016

FPAS: 5820



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.367-9

Pág.: 2

Consolidado em: 28/07/2017

Estabelecimento: 11.049.806/0001-90

Comp:	Lev.:	RUBRICAS	ALIQUOTA	APURADO	CRÉDITOS	DEDUÇÕES	CNAE Fiscal:	LÍQUIDO	Terceiros:	Multa:	
02/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%	
12 Empresa				30.780,76				30.780,76			
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL
							30.780,76		9.074,17	6.156,15	46.011,08
03/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%	
12 Empresa				39.719,60				39.719,60			
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL
							39.719,60		11.332,00	7.943,92	58.995,52
04/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%	
12 Empresa				39.873,07				39.873,07			
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL
							39.873,07		10.981,04	7.974,61	58.828,72
05/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%	
12 Empresa				35.687,50				35.687,50			
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL
							35.687,50		9.446,48	7.137,50	52.271,48
06/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%	
12 Empresa				46.325,74				46.325,74			
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL
							46.325,74		11.715,78	9.265,15	67.306,67
07/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%	
12 Empresa				38.985,12				38.985,12			
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL
							38.985,12		9.426,60	7.797,02	56.208,74
08/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%	
12 Empresa				39.828,55				39.828,55			
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL
							39.828,55		9.188,45	7.965,71	56.982,71
09/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%	
12 Empresa				38.498,45				38.498,45			
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL
							38.498,45		8.454,26	7.699,69	54.652,40
10/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%	
12 Empresa				38.088,08				38.088,08			
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL
							38.088,08		7.960,41	7.617,62	53.666,11

Documento assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
 Acesse em: <https://ste.cce.pc.gov.br/epv/validador.jspx?semCodigoDocumento=66111441-58844147b12e34b720f60ca>



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.367-9

Pág.: 3

Consolidado em: 28/07/2017

Estabelecimento: 11.049.806/0001-90

Comp:	Lev.:	RUBRICAS	ALIQUOTA	APURADO	CRÉDITOS	DEDUÇÕES	CNAE Fiscal:	Terceiros:	Multa:
							LÍQUIDO		20,00%
11/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF								
12 Empresa				39.350,33			39.350,33		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							39.350,33	7.767,76	7.870,07
									TOTAL
									54.988,10
12/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF								
12 Empresa				38.810,55			38.810,55		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							38.810,55	7.249,81	7.762,11
									TOTAL
									53.822,47
13/2015	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF								
12 Empresa				22.626,09			22.626,09		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							22.626,09	4.466,39	4.525,22
									TOTAL
									31.617,70
01/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF								
12 Empresa				30.563,84			30.563,84		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							30.563,84	5.403,69	6.112,77
									TOTAL
									42.080,30
02/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF								
12 Empresa				36.858,75			36.858,75		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							36.858,75	6.089,07	7.371,75
									TOTAL
									50.319,57
03/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF								
12 Empresa				41.429,67			41.429,67		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							41.429,67	6.405,03	8.285,93
									TOTAL
									56.120,63
04/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF								
12 Empresa				43.492,62			43.492,62		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							43.492,62	6.241,19	8.698,52
									TOTAL
									58.432,33
05/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF								
12 Empresa				38.789,60			38.789,60		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							38.789,60	5.116,35	7.757,92
									TOTAL
									51.663,87
06/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF								
12 Empresa				40.393,56			40.393,56		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							40.393,56	4.879,54	8.078,71
									TOTAL
									53.351,81

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
 Acesse em: https://ctec.tec.br.gov.br/epv/validaDoc.semi?Codigo_documento=06111041-50044147b12e34b720f009ca



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.367-9

Pág.: 4

Consolidado em: 28/07/2017

Estabelecimento: 11.049.806/0001-90

Comp:	Lev.:	RUBRICAS	ALIQUOTA	APURADO	CRÉDITOS	DEDUÇÕES	CNAE Fiscal:	LÍQUIDO	Terceiros:	Multa:	2016	
07/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%		
12 Empresa				48.834,90				48.834,90				
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL	
							48.834,90		5.303,47	9.766,98	63.905,35	
08/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%		
12 Empresa				53.065,41				53.065,41				
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL	
							53.065,41		5.173,88	10.613,08	68.852,37	
09/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%		
12 Empresa				52.092,45				52.092,45				
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL	
							52.092,45		4.532,04	10.418,49	67.042,98	
10/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%		
12 Empresa				46.175,82				46.175,82				
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL	
							46.175,82		3.537,07	9.235,16	58.948,05	
11/2016	DIF - DIF CONTRIB PATRONAL S GFIF									20,00%		
12 Empresa				39.339,34				39.339,34				
							TOTAL LÍQUIDO		JUROS	MULTA	TOTAL	
							39.339,34		2.572,79	7.867,87	49.780,00	
TOTAL DO ESTABELECIMENTO 11.049.806/0001-90								919.609,80	162.317,27	183.921,95	1.265.849,02	
TOTAL DO DÉBITO:								919.609,80	162.317,27	183.921,95	1.265.849,02	

Documento assinado digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
Acesse em: <https://ctecf.ccepf.gov.br/epv/validaDocSemCodigoDocumento>:d611d41-58d4-4147-b12e-34b727f609ca



TDM - TOTALIZAÇÃO DE DÉBITO POR MOEDA

LDC - DEBCAD: 37.486.367-9

Pág. : 1

Emissão: 31/07/2017 Consolidado em: 28/07/2017

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Bairro: CENTRO

UF: PE Cep: 55636-000

Tel:

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

MOEDA	VALOR
Real	919.609,80
Controle de cadastramento	4.635.756
Total de Itens de Cobrança	23

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d6d11d41-5ad4-4147-b12e-34b72cf609ca



RELATÓRIO DE VÍNCULOS

Processo: 14770.720087/2017-85

Pág.: 1

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Bairro: CENTRO

UF: PE **CEP:** 55636-000 **Tel:**

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Este relatório lista todas as pessoas físicas ou jurídicas de interesse da administração previdenciária em razão de seu vínculo com o sujeito passivo, representantes legais ou não, indicando o tipo de vínculo existente e o período correspondente.

CPF 141.881.394-04

Período de Atuação: 01/01/2013 a

Qualificação: ADMINISTRADOR

Nome: DANIEL ALVES DE LIMA

Endereço: R NOBERTO REGALADO

139

Bairro: CENTRO

Município: CHA GRANDE

UF: PE

CEP: 55636-000



FLD - FUNDAMENTOS LEGAIS DO DÉBITO

LDC - DEBCAD: 37.486.367-9

Pág.: 1

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Bairro: CENTRO

UF: PE **Cep:** 55636-000 **Tel:**

Este relatório informa ao contribuinte os dispositivos legais que fundamentam o lançamento efetuado, de acordo com a legislação vigente à época de ocorrência dos fatos geradores.

Fundamentos Legais do Débito

041 - ATRIBUICAO DE COMPETENCIA PARA FISCALIZAR, ARRECADAR E COBRAR

041.02 - Competências : 02/2015 a 11/2016

PERIODO DE 11/2004 A 12/2004 MP n. 222, de 04.10.2004, artigos 1. e 3., posteriormente convertida na Lei n. 11.098, de 13.01.2005, artigos 1. e 3.; Decreto n. 5.256, de 27.10.2004, Anexo I, art. 18, I. PERIODO DE 01/2005 A 02/2005 MP n. 222, de 04.10.2004, artigos 1. e 3., convertida na Lei n. 11.098, de 13.01.2005, artigos 1. e 3.; Decreto n. 5.256, de 27.10.2004, Anexo I, art. 18, I. PERIODO DE 03/2005 A 05/2005 Lei n. 11.098, de 13.01.2005, artigos 1. e 3.; Decreto n. 5.256, de 27.10.2004, Anexo I, art. 18, I; Decreto n. 5.403, de 28.03.2005, Anexo I, art. 15, I. PERIODO DE 06/2005 A 14.08.2005 Lei n. 11.098, de 13.01.2005, artigos 1. e 3.; Decreto n. 5.403, de 28.03.2005, Anexo I, art. 15, I; Decreto n. 5.469, de 15.06.2005, Anexo I, art. 18, I. A PARTIR DE 15.08.2005 MP n. 258, de 21.07.2005, art. 3., caput e paragrafo 1., art. 10 e inciso I do art. 12. A PARTIR DE 19.11.2005 Lei n. 11.098, de 13.01.2005, artigos 1. e 3.; Decreto n. 5.469, de 15.06.2005, Anexo I, art. 18, I. A partir de 02.05.2007 Lei n. 11.457, de 16.03.07, arts. 2 e 3.

Fundamentos Legais das Rubricas

200 - CONTRIBUICAO DA EMPRESA SOBRE A REMUNERACAO DE EMPREGADOS

200.08 - Competências : 02/2015 a 11/2016

Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 22, I (com a redacao dada pela Lei n. 9.876, de 26.11.99); Regulamento da Previdencia Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048, de 06.05.99, art. 12, I e paragrafo unico, art. 201, I, paragrafo 1. e art. 216, I, "b" (com as alteracoes dadas pelo Decreto n. 3.265, de 29.11.99).

800 - PRAZO E OBRIGACAO DE RECOLHIMENTO - EMPRESAS EM GERAL

800.11 - Competências : 02/2015 a 11/2016

Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 30, I (com a alteracao da Lei n. 8.620, de 05.01.93, da Lei n. 9.876, de 26.11.99, da MP n. 351, de 22.01.07, convertida na Lei n. 11.488, de 25.06.07 e da MP n. 447, de 14.11.08, convertida na Lei n. 11.933, de 28.04.2009); Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7., paragrafos 1. e 2.; Lei n. 10.666, de 08.05.03, art. 4., paragrafo 1., combinado com o art. 15; Regulamento da Previdencia Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048, de 06.05.99, art. 216, I, "b" e paragrafos 1. ao 6., com as alteracoes do Decreto n. 3.265, de 29.11.99.

Fundamentos Legais dos Acréscimos Legais

601 - ACRESCIMOS LEGAIS - MULTA

601.10 - Competências : 02/2015 a 11/2016

Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 35, (combinado com o art. 61 da Lei n. 9.430, de 27.12.96) com redacao da MP n. 449 de 04.12.2008, convertida na Lei n. 11.941, de 27.05.2009. CALCULO DA MULTA: PARA PAGAMENTO DE OBRIGACAO VENCIDA, NAO INCLUIDA EM AUTO-DE-INFRACAO: 0,33%, por dia de atraso, calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento da contribuicao ate o dia em que ocorrer o seu pagamento, limitado a 20%.

602 - ACRESCIMOS LEGAIS - JUROS

602.08 - Competências : 02/2015 a 11/2016

Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 35, combinado com o art. 61 da Lei n. 9.430, de 27.12.96, com redação da MP n. 449, de 04.12.2008, convertida na Lei n. 11.941, de 27.05.2009. CALCULO DOS JUROS: JUROS CALCULADOS SOBRE O VALOR ORIGINARIO, MEDIANTE A APLICACAO DOS SEGUINTES PERCENTUAIS: A) TAXA MEDIA MENSAL DE



FLD - FUNDAMENTOS LEGAIS DO DÉBITO

LDC - DEBCAD: 37.486.367-9

Pág.: 4

CAPTACAO DO TESOURO NACIONAL RELATIVA A DIVIDA MOBILIARIA FEDERAL / TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA - SELIC, A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO MES SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DO PRAZO ATE O MES ANTERIOR AO DO PAGAMENTO B) 1% (UM POR CENTO) NO MES DO PAGAMENTO.

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d6d11d41-5ad4-4147-b12e-34b72ef699ca



LDC - LANÇAMENTO DE DÉBITO CONFESSADO

DEBCAD: 37.486.368-7

Emissão: 31/07/2017

Consolidado em: 28/07/2017

Situação: ATIVA

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Bairro: CENTRO

UF: PE CEP: 55636-000 Tel:

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Competências do débito compreendidas entre 02/2015 e 11/2016 inclusive.

Consolidação do débito em Reais	Valor Atualizado	Multa	Juros	
	415.603,33	83.120,64	73.483,12	572.207,09

Valor consolidado por extenso:

QUINHENTOS E SETENTA E DOIS MIL E DUZENTOS E SETE REAIS E NOVE CENTAVOS

Pagamento a Vista 572.207,09

O DEVEDOR, renunciando expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência desta dívida, assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado à Secretaria da Receita Federal do Brasil o direito de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

A confissão da dívida constante deste instrumento e seus anexos é definitiva e irrevogável, obrigando o DEVEDOR a sua quitação ou parcelamento, na forma da lei.

Este instrumento servirá para a inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte, caso não haja sua quitação ou seu parcelamento no prazo de 30 dias, na forma da lei, sendo a multa cobrada em seu grau máximo.

Para pagamento ou parcelamento deverão ser observadas as instruções constantes do relatório IPC – Instruções para o Contribuinte, que segue em anexo, devendo o contribuinte dirigir-se à unidade de atendimento da Receita Federal do Brasil.

28/07/2017
Data

[Handwritten Signature]
Assinatura do contribuinte/representante legal

[Handwritten Signature]
Qualificação

Dados da Procuração/AR:

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
Acesso em: https://ctecfcp/validarDoc.aspx?validarDoc=semCodigo do documento: d6d11d41-5ad4-4147-b12e-34b72cfe09ca

[Handwritten Signature]
Localidade

data: 28/07/2017

[Handwritten Signature]
MARIA GORETE DE SOUSA RAMALHO MEDEIROS
0902964
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil



IPC - INSTRUÇÃO PARA O CONTRIBUINTE
LDC - DEBCAD: 37.486.368-7

Pág.: 1

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.shtm> Código do documento: d6d11d41-5ad4-4147-b12e-34b72cfe09ca

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Bairro: CENTRO

UF: PE **Cep:** 55636-000 **Tel:**

1. Regularização do Débito

O contribuinte deverá pagar ou parcelar o débito nas hipóteses autorizadas por lei sob pena de imediata cobrança judicial.

Vencido o mês em curso, o valor será acrescido de juros e/ou atualização monetária, conforme o caso.

	Multa	Pagamento	Total
Pagamento a vista	83.120,64		572.207,09

2. Parcelamento do Débito

2.1. Condições gerais

a) Na forma do parcelamento convencional previsto nos arts. 10 a 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, o débito poderá ser parcelado em até 60 (sessenta) prestações mensais, observado o disposto nessa Lei. O valor da prestação não poderá ser inferior a R\$ 100,00, (cem reais) quando o devedor for pessoa física, e R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando o devedor for pessoa jurídica, ainda que o parcelamento seja de responsabilidade de pessoa física.

No caso de parcelamentos especiais decorrentes de leis específicas, deverão ser observadas as regras estabelecidas pelas mesmas.

b) O pagamento será feito por meio de Guia de Recolhimento da Previdência Social (GPS) emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

c) É facultado ao contribuinte optar pelo parcelamento de qualquer de seus débitos parcialmente ou na totalidade.

2.2. Apresentação do Pedido de Parcelamento:

O pedido de parcelamento será apresentado em duas vias na unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com jurisdição sobre o domicílio tributário do devedor.

2.3. Pagamento das prestações:

a) A partir da segunda parcela, as prestações do parcelamento vencerão no último dia útil de cada mês.

3. Para emissão da guia de pagamento, ou parcelamento, o contribuinte deverá dirigir-se à unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.

4. Considerando que o presente débito decorre de confissão definitiva e irretroatável, com expressa renúncia a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, não cabe apresentação de defesa ou qualquer outro tipo de impugnação, cabendo revisão em caso de confissões com erros.

5. A emissão de CND para quaisquer finalidades fica condicionada à apresentação de garantias na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6. A competência 13, quando existente, significa apuração de débito referente a 13º salário.

7. Documentos necessários para parcelamento.

8. Observações

1. Apresentar cópias dos documentos (acompanhados dos originais para fins de autenticação na unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou, na impossibilidade de apresentação dos originais, as cópias deverão estar autenticadas).

2. Implicará o indeferimento do pedido:

a) a não apresentação de qualquer dos documentos previstos no item 7, exigíveis conforme o caso;



IPC - INSTRUÇÃO PARA O CONTRIBUINTE
LDC - DEBCAD: 37.486.368-7

Pág. : 2

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome : MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço : AV SAO JOSE 101

Município : CHA GRANDE

Bairro : CENTRO

UF : PE **Cep :** 55636-000 **Tel :**

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITÓRIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITÓRIA DE SANTO ANTAO, PE.

- b) o não pagamento da primeira parcela;
- c) a existência de vedação ao parcelamento, conforme art. 14 da Lei 10.522/2002; e
- d) o não cumprimento dos requisitos relativos à garantia, quando exigidos.

3. Após 30 (trinta) dias da emissão do Lançamento de Débito Confessado - LDC, se o contribuinte não comparecer para formalizar o pedido de parcelamento, será providenciada a inscrição e encaminhamento a Procuradoria.



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.368-7

Pág.: 1

Consolidado em: 28/07/2016

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Bairro: CENTRO

UF: PE CEP: 55636-000 Tel:

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Este relatório lista, em suas páginas iniciais, todas as características que compõem o levantamento, que é um agrupamento de informações que servirão para apurar o débito de contribuição previdenciária existente. Na sequência, discrimina, por estabelecimento, competência e levantamento, as bases de cálculo, as rubricas, as alíquotas, os valores já recolhidos, confessados, autuados ou retidos, as deduções permitidas (salário-família, salário-maternidade e compensações), as diferenças existentes e o valor dos juros SELIC, da multa e do total cobrado.

Levantamentos utilizados neste documento de débito:

LEV: DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA

Classificação: Não declarado em GFIP / Órgão Público

Período do Débito: 02/2015 a 11/2016

FPAS: 5820



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.368-7

Pág.: 2

Consolidado em: 28/07/2017

Estabelecimento: 11.049.806/0001-90

Comp:	Lev.:	RUBRICAS	ALIQUOTA	APURADO	CRÉDITOS	DEDUÇÕES	CNAE Fiscal:	Terceiros:	Multa:
02/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA						LÍQUIDO		20,00%
11 Segurados				14.047,56			14.047,56		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							14.047,56	4.141,22	2.809,51
									TOTAL
									20.998,29
03/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA						LÍQUIDO		20,00%
11 Segurados				17.823,86			17.823,86		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							17.823,86	5.085,15	3.564,77
									TOTAL
									26.473,78
04/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA						LÍQUIDO		20,00%
11 Segurados				17.919,91			17.919,91		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							17.919,91	4.935,14	3.583,98
									TOTAL
									26.439,03
05/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA						LÍQUIDO		20,00%
11 Segurados				17.362,60			17.362,60		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							17.362,60	4.595,88	3.472,52
									TOTAL
									25.430,00
06/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA						LÍQUIDO		20,00%
11 Segurados				20.263,75			20.263,75		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							20.263,75	5.124,70	4.052,75
									TOTAL
									29.441,20
07/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA						LÍQUIDO		20,00%
11 Segurados				16.671,45			16.671,45		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							16.671,45	4.031,16	3.334,29
									TOTAL
									24.036,90
08/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA						LÍQUIDO		20,00%
11 Segurados				17.475,11			17.475,11		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							17.475,11	4.031,51	3.495,02
									TOTAL
									25.001,64
09/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA						LÍQUIDO		20,00%
11 Segurados				17.345,92			17.345,92		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							17.345,92	3.809,16	3.469,18
									TOTAL
									24.624,26
10/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA						LÍQUIDO		20,00%
11 Segurados				17.250,80			17.250,80		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							17.250,80	3.605,42	3.450,16
									TOTAL
									24.306,38

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
 Acesso em: https://receita.fazenda.gov.br/ppv/validador/consultarCodigo.do documento: d6011d41-5ad4-4147-b12e-34b72c6b9ca



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.368-7

Pág.: 3

Consolidado em: 28/07/2017

Estabelecimento: 11.049.806/0001-90

Comp:	Lev.:	RUBRICAS	ALIQUOTA	APURADO	CRÉDITOS	DEDUÇÕES	CNAE Fiscal:	LÍQUIDO	Terceiros:	Multa:	
11/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									20,00%	
11 Segurados				17.740,54				17.740,54			
								TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
								17.740,54	3.501,98	3.548,11	24.790,63
12/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									20,00%	
11 Segurados				17.598,76				17.598,76			
								TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
								17.598,76	3.287,45	3.519,75	24.405,96
13/2015	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									20,00%	
11 Segurados				10.365,59				10.365,59			
								TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
								10.365,59	2.046,17	2.073,12	14.484,88
01/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									20,00%	
11 Segurados				13.928,76				13.928,76			
								TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
								13.928,76	2.462,60	2.785,75	19.177,11
02/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									20,00%	
11 Segurados				16.418,04				16.418,04			
								TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
								16.418,04	2.712,26	3.283,61	22.413,91
03/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									20,00%	
11 Segurados				20.374,03				20.374,03			
								TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
								20.374,03	3.149,83	4.074,81	27.598,67
04/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									20,00%	
11 Segurados				21.324,26				21.324,26			
								TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
								21.324,26	3.060,03	4.264,85	28.649,14
05/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									20,00%	
11 Segurados				18.604,12				18.604,12			
								TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
								18.604,12	2.453,88	3.720,82	24.778,82
06/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									20,00%	
11 Segurados				18.749,21				18.749,21			
								TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
								18.749,21	2.264,90	3.749,84	24.763,95

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
 Acesso em: https://receita.economia.gov.br/ppp/validador/validadorCodigo.do?documento=6611141-5ad4147b-34b72ef69ca



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.368-7

Pág. : 4

Consolidado em: 28/07/2017

Estabelecimento: 11.049.806/0001-90

Comp:	Lev.:	RUBRICAS	ALÍQUOTA	APURADO	CRÉDITOS	DEDUÇÕES	CNAE Fiscal:	Terceiros:	Multa:	
							LÍQUIDO		200%	
07/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									
11 Segurados				23.315,17			23.315,17			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	
							23.315,17	2.532,03	4.663,03	
									TOTAL	
									30.512,22	
08/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									
11 Segurados				19.280,84			19.280,84			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	
							19.280,84	1.879,88	3.856,17	
									TOTAL	
									25.016,88	
09/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									
11 Segurados				23.229,27			23.229,27			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	
							23.229,27	2.020,95	4.645,85	
									TOTAL	
									29.896,07	
10/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									
11 Segurados				20.805,36			20.805,36			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	
							20.805,36	1.593,69	4.161,07	
									TOTAL	
									26.560,12	
11/2016	DIF - DESC SEG S GFIP COMP INDEVIDA									
11 Segurados				17.708,42			17.708,42			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	
							17.708,42	1.158,13	3.541,68	
									TOTAL	
									22.408,23	
TOTAL DO ESTABELECIMENTO 11.049.806/0001-90							415.603,33	73.483,12	83.120,64	572.207,09
TOTAL DO DÉBITO:							415.603,33	73.483,12	83.120,64	572.207,09

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
 Acesso em: https://receita.economia.gov.br/ppv/validador/assinatura/validar_documento?codigo_documento=06011441-5ad4-417-b1e-34b72cfe09ca



TDM - TOTALIZAÇÃO DE DÉBITO POR MOEDA

LDC - DEBCAD: 37.486.368-7

Pág.: 1

Emissão: 31/07/2017 Consolidado em: 28/07/2017

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Bairro: CENTRO

UF: PE Cep: 55636-000

Tel:

MOEDA	VALOR
Real	415.603,33
Controle de cadastramento	4.635.756
Total de Itens de Cobrança	23



RELATÓRIO DE VÍNCULOS

Processo: 14770.720088/2017-20

Pág.: 1

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Bairro: CENTRO

UF: PE **CEP:** 55636-000 **Tel:**

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Este relatório lista todas as pessoas físicas ou jurídicas de interesse da administração previdenciária em razão de seu vínculo com o sujeito passivo, representantes legais ou não, indicando o tipo de vínculo existente e o período correspondente.

CPF 141.881.394-04

Período de Atuação: 01/01/2013 a

Qualificação: ADMINISTRADOR

Nome: DANIEL ALVES DE LIMA

Endereço: R NOBERTO REGALADO

139

Bairro: CENTRO

Município: CHA GRANDE

UF: PE

CEP: 55636-000



FLD - FUNDAMENTOS LEGAIS DO DÉBITO

LDC - DEBCAD: 37.486.368-7

Pág.: 1

Sujeito Passivo: CNPJ 11.049.806/0001-90

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE

Endereço: AV SAO JOSE 101

Município: CHA GRANDE

Bairro: CENTRO

UF: PE **Cep:** 55636-000 **Tel:**

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Este relatório informa ao contribuinte os dispositivos legais que fundamentam o lançamento efetuado, de acordo com a legislação vigente à época de ocorrência dos fatos geradores.

Fundamentos Legais do Débito

041 - ATRIBUICAO DE COMPETENCIA PARA FISCALIZAR, ARRECADAR E COBRAR

041.02 - Competências : 02/2015 a 11/2016

PERIODO DE 11/2004 A 12/2004 MP n. 222, de 04.10.2004, artigos 1. e 3., posteriormente convertida na Lei n. 11.098, de 13.01.2005, artigos 1. e 3.; Decreto n. 5.256, de 27.10.2004, Anexo I, art. 18, I. PERIODO DE 01/2005 A 02/2005 MP n. 222, de 04.10.2004, artigos 1. e 3., convertida na Lei n. 11.098, de 13.01.2005, artigos 1. e 3.; Decreto n. 5.256, de 27.10.2004, Anexo I, art. 18, I. PERIODO DE 03/2005 A 05/2005 Lei n. 11.098, de 13.01.2005, artigos 1. e 3.; Decreto n. 5.256, de 27.10.2004, Anexo I, art. 18, I; Decreto n. 5.403, de 28.03.2005, Anexo I, art. 15, I. PERIODO DE 06/2005 A 14.08.2005 Lei n. 11.098, de 13.01.2005, artigos 1. e 3.; Decreto n. 5.403, de 28.03.2005, Anexo I, art. 15, I; Decreto n. 5.469, de 15.06.2005, Anexo I, art. 18, I. A PARTIR DE 15.08.2005 MP n. 258, de 21.07.2005, art. 3., caput e paragrafo 1., art. 10 e inciso I do art. 12. A PARTIR DE 19.11.2005 Lei n. 11.098, de 13.01.2005, artigos 1. e 3.; Decreto n. 5.469, de 15.06.2005, Anexo I, art. 18, I. A partir de 02.05.2007 Lei n. 11.457, de 16.03.07, arts. 2 e 3.

Fundamentos Legais das Rubricas

100 - CONTRIBUICAO DOS SEGURADOS (EMPREGADOS, TRABALHADORES TEMPORARIOS E AVULSOS)

100.15 - Competências : 02/2015 a 11/2016

Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 20 (com a redacao dada pela Lei n. 9.032, de 28.04.95, alterada posteriormente pela Lei n. 9.129, de 20.11.95), combinado com os artigos 12, I (com as alteracoes da Lei n. 8.647, de 13.04.93, da Lei n. 9.506, de 30.10.97 e da Lei n. 9.876, de 26/11/99) e art. 28, I e paragrafos (com a redacao dada pela Lei n. 9.528, de 10.12.97); Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7., paragrafo 2.; Lei n. 9.311, de 24.10.96, art. 17, II; Lei n. 9.317, de 05.12.96, art. 3., paragrafo 2., "h"; Regulamento da Previdencia Social - RPS, aprovado pelo Decreto n. 3.048, de 06.05.99, art. 9., I, "g" (alinea acrescentada pelo Decreto n. 3.265, de 29.11.99), paragrafo 1. a 7., art. 198, art. 214, I, paragrafos 1. a 15, art. 216, I, "a" (alterado pelo Decreto n. 4.729, de 09.06.03) e "b" (alteracao do Decreto n. 6.722, de 20.12.08), paragrafos 1. a 6., artigos 217 e 218.

800 - PRAZO E OBRIGACAO DE RECOLHIMENTO - EMPRESAS EM GERAL

800.11 - Competências : 02/2015 a 11/2016

Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 30, I (com a alteracao da Lei n. 8.620, de 05.01.93, da Lei n. 9.876, de 26.11.99, da MP n. 351, de 22.01.07, convertida na Lei n. 11.488, de 25.06.07 e da MP n. 447, de 14.11.08, convertida na Lei n. 11.933, de 28.04.2009); Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7., paragrafos 1. e 2.; Lei n. 10.666, de 08.05.03, art. 4., paragrafo 1., combinado com o art. 15; Regulamento da Previdencia Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048, de 06.05.99, art. 216, I, "b" e paragrafos 1. ao 6., com as alteracoes do Decreto n. 3.265, de 29.11.99.

Fundamentos Legais dos Acréscimos Legais

601 - ACRESCIMOS LEGAIS - MULTA

601.10 - Competências : 02/2015 a 11/2016

Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 35, (combinado com o art. 61 da Lei n. 9.430, de 27.12.96) com redacao da MP n. 449 de 04.12.2008, convertida na Lei n. 11.941, de 27.05.2009. CALCULO DA MULTA: PARA PAGAMENTO DE OBRIGACAO VENCIDA, NAO INCLUIDA EM AUTO-DE-INFRACAO: 0,33%, por dia de atraso, calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento da contribuicao ate o dia em que ocorrer o seu pagamento, limitado a 20%.

602 - ACRESCIMOS LEGAIS - JUROS



FLD - FUNDAMENTOS LEGAIS DO DÉBITO

LDC - DEBCAD: 37.486.368-7

Pág.: 2

602.08 - Competências : 02/2015 a 11/2016

Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 35, combinado com o art. 61 da Lei n. 9.430, de 27.12.96, com redação da MP n. 449, de 04.12.2008, convertida na Lei n. 11.941, de 27.05.2009. CALCULO DOS JUROS: JUROS CALCULADOS SOBRE O VALOR ORIGINARIO, MEDIANTE A APLICACAO DOS SEGUINTE PERCENTUAIS: A) TAXA MEDIA MENSAL DE CAPTACAO DO TESOURO NACIONAL RELATIVA A DIVIDA MOBILIARIA FEDERAL / TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA - SELIC, A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO MES SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DO PRAZO ATE O MES ANTERIOR AO DO PAGAMENTO B) 1% (UM POR CENTO) NO MES DO PAGAMENTO.

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d6d11d41-5ad4-4147-b12e-34b72cf609ca



LDC - LANÇAMENTO DE DÉBITO CONFESSADO

DEBCAD: 37.486.374-1

Emissão: 31/07/2017 Consolidado em: 27/07/2017

Situação: ATIVA

Sujeito Passivo: CNPJ 08.625.167/0001-50

Nome: MUNICÍPIO DE CHA GRANDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Endereço: 20 DE DEZEMBRO 145

Município: CHA GRANDE

Bairro: CENTRO

UF: PE CEP: 55636-000 Tel: 00194181

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Competências do débito compreendidas entre 02/2015 e 11/2016 inclusive.

Consolidação do débito em Reais	Valor Atualizado	Multa	Juros	Total
	1.049.515,42	209.903,07	187.621,87	1.447.040,36

Valor consolidado por extenso:

UM MILHÃO, QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE MIL E QUARENTA REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS

Pagamento a Vista 1.447.040,36

O DEVEDOR, renunciando expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência desta dívida, assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado à Secretaria da Receita Federal do Brasil o direito de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

A confissão da dívida constante deste instrumento e seus anexos é definitiva e irretroatável, obrigando o DEVEDOR a sua quitação ou parcelamento, na forma da lei.

Este instrumento servirá para a inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte, caso não haja sua quitação ou seu parcelamento no prazo de 30 dias, na forma da lei, sendo a multa cobrada em seu grau máximo.

Para pagamento ou parcelamento deverão ser observadas as instruções constantes do relatório IPC – Instruções para o Contribuinte, que segue em anexo, devendo o contribuinte dirigir-se à unidade de atendimento da Receita Federal do Brasil.

31/07/2017
Data

[Handwritten Signature]
Assinatura do contribuinte/representante legal

[Handwritten Signature]
Qualificação

Dados da Procuração/AR:

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
Acesso em: https://sede.fazenda.gov.br/epi/validador/validarCodigo.do; sem Código do documento: d6111d41-5ad4-4147-b12e-34b72ef609ca

[Handwritten Signature]
Localidade
data: 28/07/2017

[Handwritten Signature]
MARIA GORETE DE SOUSA RAMALHO MEDEIROS
0902964
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil



IPC - INSTRUÇÃO PARA O CONTRIBUINTE

LDC - DEBCAD: 37.486.374-1

Pág. : 1

Sujeito Passivo: CNPJ 08.625.167/0001-50

Nome : MUNICIPIO DE CHA GRANDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Endereço : 20 DE DEZEMBRO 145

Município : CHA GRANDE

Bairro : CENTRO

UF : PE **Cep :** 55636-000 **Tel :** 00194181

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE

1. Regularização do Débito

O contribuinte deverá pagar ou parcelar o débito nas hipóteses autorizadas por lei sob pena de imediata cobrança judicial.

Vencido o mês em curso, o valor será acrescido de juros e/ou atualização monetária, conforme o caso.

	Multa	Pagamento	Total
Pagamento a vista	209.903,07		1.447.040,36

2. Parcelamento do Débito

2.1. Condições gerais

a) Na forma do parcelamento convencional previsto nos arts. 10 a 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, o débito poderá ser parcelado em até 60 (sessenta) prestações mensais, observado o disposto nessa Lei. O valor da prestação não poderá ser inferior a R\$ 100,00, (cem reais) quando o devedor for pessoa física, e R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando o devedor for pessoa jurídica, ainda que o parcelamento seja de responsabilidade de pessoa física.

No caso de parcelamentos especiais decorrentes de leis específicas, deverão ser observadas as regras estabelecidas pelas mesmas.

b) O pagamento será feito por meio de Guia de Recolhimento da Previdência Social (GPS) emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

c) É facultado ao contribuinte optar pelo parcelamento de qualquer de seus débitos parcialmente ou na totalidade.

2.2. Apresentação do Pedido de Parcelamento:

O pedido de parcelamento será apresentado em duas vias na unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com jurisdição sobre o domicílio tributário do devedor.

2.3. Pagamento das prestações:

a) A partir da segunda parcela, as prestações do parcelamento vencerão no último dia útil de cada mês.

3. Para emissão da guia de pagamento, ou parcelamento, o contribuinte deverá dirigir-se à unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.

4. Considerando que o presente débito decorre de confissão definitiva e irretroatável, com expressa renúncia a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, não cabe apresentação de defesa ou qualquer outro tipo de impugnação, cabendo revisão em caso de confissões com erros.

5. A emissão de CND para quaisquer finalidades fica condicionada à apresentação de garantias na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6. A competência 13, quando existente, significa apuração de débito referente a 13º salário.

7. Documentos necessários para parcelamento.

8. Observações

1. Apresentar cópias dos documentos (acompanhados dos originais para fins de autenticação na unidade de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil. ou, na impossibilidade de apresentação dos originais, as cópias deverão estar autenticadas).

2. Implicará o indeferimento do pedido:

a) a não apresentação de qualquer dos documentos previstos no item 7, exigíveis conforme o caso;



IPC - INSTRUÇÃO PARA O CONTRIBUINTE

LDC - DEBCAD: 37.486.374-1

Pág.: 2

Sujeito Passivo: CNPJ 08.625.167/0001-50

Nome : MUNICIPIO DE CHA GRANDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Endereço : 20 DE DEZEMBRO 145

Município : CHA GRANDE

Bairro : CENTRO

UF : PE **Cep :** 55636-000 **Tel :** 00194181

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

- b) o não pagamento da primeira parcela;
- c) a existência de vedação ao parcelamento, conforme art. 14 da Lei 10.522/2002; e
- d) o não cumprimento dos requisitos relativos à garantia, quando exigidos.

3. Após 30 (trinta) dias da emissão do Lançamento de Débito Confessado - LDC, se o contribuinte não comparecer para formalizar o pedido de parcelamento, será providenciada a inscrição e encaminhamento a Procuradoria.



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.374-1

Pág. : 1

Consolidado em: 27/07/2016

Sujeito Passivo: CNPJ 08.625.167/0001-50

Nome: MUNICIPIO DE CHA GRANDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Endereço: 20 DE DEZEMBRO 145

Município: CHA GRANDE

Unidade de atendimento da RFB: ARF - VITORIA DE SANTO ANTAO, PRAÇA PADRE FÉLIX BARRETO S/N, LIVRAMENTO, VITORIA DE SANTO ANTAO, PE.

Bairro: CENTRO

UF: PE CEP: 55636-000 Tel: 00194181

Este relatório lista, em suas páginas iniciais, todas as características que compõem o levantamento, que é um agrupamento de informações que servirão para apurar o débito de contribuição previdenciária existente. Na sequência, discrimina, por estabelecimento, competência e levantamento, as bases de cálculo, as rubricas, as alíquotas, os valores já recolhidos, confessados, autuados ou retidos, as deduções permitidas (salário-família, salário-maternidade e compensações), as diferenças existentes e o valor dos juros SELIC, da multa e do total cobrado.

Levantamentos utilizados neste documento de débito:

LEV: DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN

Classificação: Não declarado em GFIP / Órgão Público

Período do Débito: 02/2015 a 11/2016

FPAS: 5820



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.374-1

Pág.: 2

Consolidado em: 27/07/2015

Estabelecimento: 08.625.167/0001-50

Comp:	Lev.:	RUBRICAS	ALIQUOTA	APURADO	CRÉDITOS	DEDUÇÕES	CNAE Fiscal:	Terceiros:	Multa:	
							LÍQUIDO		0,00%	
02/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN									
12	Empresa			48.670,62			48.670,62			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
							48.670,62	14.348,10	9.734,12	72.752,84
03/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN									
12	Empresa			47.508,98			47.508,98			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
							47.508,98	13.554,31	9.501,80	70.565,09
04/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN									
12	Empresa			50.298,75			50.298,75			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
							50.298,75	13.852,28	10.059,75	74.210,78
05/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN									
12	Empresa			36.343,24			36.343,24			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
							36.343,24	9.620,06	7.268,65	53.231,95
06/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN									
12	Empresa			43.757,00			43.757,00			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
							43.757,00	11.066,15	8.751,40	63.574,55
07/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN									
12	Empresa			45.969,50			45.969,50			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
							45.969,50	11.115,42	9.193,90	66.278,83
08/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN									
12	Empresa			50.601,00			50.601,00			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
							50.601,00	11.673,65	10.120,20	72.394,85
09/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN									
12	Empresa			49.407,19			49.407,19			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
							49.407,19	10.849,82	9.881,44	70.138,45
10/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN									
12	Empresa			51.475,46			51.475,46			
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA	TOTAL
							51.475,46	10.758,37	10.295,09	72.528,92

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
 Acesso em: https://cece.ce.gov.br/pp/validaDocumento.htm Código do documento: 66111441-5ada-4147-b12e-34b72c6d09ca



DD - DISCRIMINATIVO DO DÉBITO

Moeda: Real

LDC - DEBCAD: 37.486.374-1

Pág.: 3

Consolidado em: 27/07/2017

Estabelecimento: 08.625.167/0001-50

Comp:	Lev.:	RUBRICAS	ALIQUOTA	APURADO	CRÉDITOS	DEDUÇÕES	CNAE Fiscal:	Terceiros:	Multa:
							LÍQUIDO		
11/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN								0,00%
12 Empresa				49.372,66			49.372,66		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							49.372,66	9.746,16	9.874,53
									TOTAL
									68.993,35
12/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN								0,00%
12 Empresa				35.863,30			35.863,30		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							35.863,30	6.699,26	7.172,66
									TOTAL
									49.735,22
13/2015	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN								0,00%
12 Empresa				4.094,14			4.094,14		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							4.094,14	808,18	818,83
									TOTAL
									5.721,15
01/2016	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN								0,00%
12 Empresa				32.400,72			32.400,72		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							32.400,72	5.728,45	6.480,14
									TOTAL
									44.609,31
02/2016	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN								0,00%
12 Empresa				39.315,00			39.315,00		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							39.315,00	6.494,84	7.863,00
									TOTAL
									53.672,84
03/2016	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN								20,00%
12 Empresa				51.700,24			51.700,24		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							51.700,24	7.992,86	10.340,05
									TOTAL
									70.033,15
04/2016	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN								20,00%
12 Empresa				50.748,77			50.748,77		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							50.748,77	7.282,45	10.149,75
									TOTAL
									68.180,97
05/2016	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN								20,00%
12 Empresa				48.380,82			48.380,82		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							48.380,82	6.381,43	9.676,16
									TOTAL
									64.438,41
06/2016	DIF - CONTRIB PATRO S GFIP COMP IN								20,00%
12 Empresa				52.694,85			52.694,85		
							TOTAL LÍQUIDO	JUROS	MULTA
							52.694,85	6.365,54	10.538,97
									TOTAL
									69.599,36

Documento Assinado Digitalmente por: DIOGO ALEXANDRE GOMES NETO
 Acesso em: https://receita.fazenda.gov.br/validador/validador.asp?codigo_documento=066111441-5444-4147-612e-34b72c1609ca